PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL Nº 001/2011-MP/PJC
Assunto: Apurar a veracidade de notícia de possível prática de crime de racismo praticado por Mariluz Cavalcante, contra a adolescente G.S.C., no âmbito da Escola São Domingos, na Zona Rural do Município de Curralinho.
Curralinho/PA, 07 de julho de 2011.
MARILUCIA SANTOS SALES
Promotora de Justiça

**EXTRATO DA PORTARIA Nº 026/2011-MP/PJO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 288288**

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ÓBIDOS torna pública a instauração de INQUÉRITO CIVIL, que se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, sito à Rua Marcos Rodrigues de Souza, s/n, bairro Centro, na cidade de Obidos/PA.
INQUÉRITO CIVIL Nº 026/2011-MP/PJO
Assunto: Apurar suposta cobrança de taxa para a emissão de certidão por parte da Prefeitura Municipal de Obidos, às datas em que o chefe do Poder Executivo transferiu o cargo ao seu substituto legal.
Obidos/PA, 14 de julho de 2011.

ELIANE MOREIRA
Promotora de Justiça

**EXTRATO DA PORTARIA Nº 023/2011-MP/PJO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 288284**

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ÓBIDOS torna pública a instauração de INQUÉRITO CIVIL, que se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, sito à Rua Marcos Rodrigues de Souza, s/n, bairro Centro, na cidade de Obidos/PA.
INQUÉRITO CIVIL Nº 023/2011-MP/PJO

Assunto: Apurar Auto de Infração lavrado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente em face de Antuziano Floriano dos Santos Filho, pelo porte ilegal de motosserra.
Obidos/PA, 14 de julho de 2011.

ELIANE MOREIRA
Promotora de Justiça

**EXTRATO DA PORTARIA Nº 024/2011-MP/PJO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 288286**

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ÓBIDOS torna pública a instauração de INQUÉRITO CIVIL, que se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, sito à Rua Marcos Rodrigues de Souza, s/n, bairro Centro, na cidade de Obidos/PA.
INQUÉRITO CIVIL Nº 024/2011-MP/PJO

Assunto: Apurar ausência, no município de Óbidos, de mecanismos voltados à garantia da efetiva transparência na gestão fiscal.
Obidos/PA, 15 de julho de 2011.

ELIANE MOREIRA
Promotora de Justiça

**EXTRATO DA PORTARIA Nº 003/2011-MP/6ª PJJS
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 288278**

A 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO JUÍZO SINGULAR, torna pública a instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRELIMINAR, que se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, sito à Avenida Dezesseis de Novembro, 130, bairro Cidade Velha, na cidade de Belém/PA.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRELIMINAR Nº 003/2011-MP/6ª PJJS

Assunto: Apurar o sumiço de processos licitatórios da sala da Comissão Especial de Licitações de Obras (CELO), da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, bem como a retirada de arquivos contidos no computador do referido grupo técnico.
Belém/PA, 08 de agosto de 2011.

ARNALDO CÉLIO DA COSTA AZEVEDO
Promotor de Justiça

**EXTRATO DA PORTARIA Nº 018/2011-MP/PJIM
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 288279**

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IGARAPÉ-MIRI torna pública a instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRELIMINAR, que se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, sito à Rua Rui Barbosa, 813, bairro Centro, na cidade de Igarapé-Miri/PA.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRELIMINAR Nº 012/2011-MP/PJIM

Assunto: Acompanhar, em conjunto com a Promotoria de Justiça de Moju, o processo de licenciamento ambiental da Empresa Consórcio Brasileiro de Produção de Oleo de Palma – Vale Biopalma, na instalação da Usina Piloto de Btl, a ser construída no Município de Moju.

Igarapé-Miri/PA, 20 de julho de 2011.

ÉRICA ALMEIDA DE SOUSA
Promotora de Justiça

**EXTRATO DA PORTARIA Nº 025/2011-MP/PJO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 288281**

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ÓBIDOS torna pública a instauração de INQUÉRITO CIVIL, que se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, sito à Rua Marcos Rodrigues de Souza, s/n, bairro Centro, na cidade de Obidos/PA.
INQUÉRITO CIVIL Nº 025/2011-MP/PJO

Assunto: Apurar execução do Convênio 656537/2009 firmado entre a Prefeitura Municipal de Obidos e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE.
Obidos/PA, 21 de julho de 2011.

ELIANE MOREIRA
Promotora de Justiça

**EXTRATO DA PORTARIA Nº 002/2011-MP/PJBJT
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 288292**

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOM JESUS DO TOCANTINS torna pública a instauração de INQUÉRITO CIVIL, que se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, sito à Rua das Flores, s/n, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis INCRA, na cidade de Marabá/PA.

INQUÉRITO CIVIL Nº 002/2011-MP/PJBJT

Assunto: Apurar desvio de verbas da Câmara Municipal de Bom Jesus do Tocantins, notadamente recolhimentos de INSS por parte de Luiz Carlos Souza Silva, quando da sua gestão como Presidente daquela Casa.
Marabá/PA, 06 de julho de 2011.

ALEXSSANDRA MUNIZ MARDEGAN
Promotora de Justiça

**RESOLUÇÃO 025/2011-CPJ, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 288293**

RESOLUÇÃO 025/2011-CPJ, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

Modifica e consolida, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a composição das Promotorias de Justiça de Redenção e as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça que a integram. O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições previstas no art. 23, § 3º, da Lei nº 8.625 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), de 12 de fevereiro de 1993, e no art. 21, incisos XXIII e XXV, da Lei Complementar Estadual nº 057 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará), de 6 de julho de 2006, e

CONSIDERANDO que o art. 127, § 1º da Constituição Federal consagrou o princípio institucional da unidade, segundo o qual em todas as manifestações e na respectiva atuação, os membros do Ministério Público representam a Instituição como um todo, como se essa fosse sua vontade única, e o da indivisibilidade, de sorte que um membro do Ministério Público, em caso de férias, licença ou impedimento, pode ser substituído por outro em suas funções, sem prejuízo ao trabalho institucional, pois é o Ministério Público quem está à frente do processo, e não a pessoa física do Promotor de Justiça;

CONSIDERANDO o disposto no art. 7º da Recomendação nº 16, de 28 de abril de 2010, do Conselho Nacional do Ministério Público, "que as unidades do Ministério Público, no âmbito de sua autonomia, priorizem o planejamento das questões institucionais, destacando as que, realmente, tenham repercussão social, devendo, para alcançar a efetividade de suas ações, redefinir as atribuições através de ato administrativo, ouvidos os Órgãos Competentes, e, também, que repensem as funções exercidas pelos membros da Instituição, permitindo, com isto, que estes, eventualmente, deixem de atuar em procedimentos sem relevância social, para, em razão da qualificação que possuem, direcionar, na plenitude de suas atribuições, a sua atuação na defesa dos interesses da sociedade";

CONSIDERANDO a necessidade de adequar a estrutura das Promotorias de Justiça de Segunda Entrância e as atribuições dos respectivos cargos de Promotor de Justiça que as integram, para oferecer melhor atendimento à sociedade,

CONSIDERANDO as informações constantes dos Relatórios de Atividades dos membros do Ministério Público, fornecidas pela Corregedoria-Geral e pelo Departamento de Atividades Judiciais; CONSIDERANDO, ainda, o interesse público de racionalizar e socializar as múltiplas e absorventes tarefas dos Promotores de Justiça; e

CONSIDERANDO, também, a proposta apresentada pelo Procurador-Geral de Justiça,

R E S O L V E:

**CAPÍTULO I
DA FINALIDADE**

Art. 1º Modificar e consolidar a composição das Promotorias de Justiça de Redenção e as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça que as integram.

**CAPÍTULO II
DAS PROMOTORIAS E DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA**

Seção I

Das Promotorias de Justiça

Art. 2º As Promotorias de Justiça são órgãos de administração do Ministério Público, com pelo menos um cargo de Promotor de Justiça, na forma do art. 23, "caput", da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e art. 47 da Lei Complementar Estadual nº 057, de 6 de julho de 2006, e conforme o disposto nesta Resolução.

Parágrafo único. As Promotorias de Justiça possuem atribuições judiciais e extrajudiciais, cíveis e criminais, especiais, gerais e cumulativas, na forma do art. 23, § 1º, da Lei nº 8.625, de 1993, e art. 49 da Lei Complementar Estadual nº 057, de 2006.

Seção II

Dos Promotores de Justiça

Art. 3º Aos Promotores de Justiça, além das atribuições que lhe forem cometidas por esta Resolução, incumbe exercer, no âmbito da respectiva Promotoria de Justiça, todas as funções de órgão de execução previstas na Constituição Federal, na Constituição Estadual, na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, na Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nas leis processuais e em qualquer outro diploma legal, com a garantia da aplicação dos princípios institucionais da unidade e indivisibilidade. Parágrafo único. No exercício das respectivas atribuições, os Promotores de Justiça poderão atuar de forma autônoma ou em conjunto com outros Promotores de Justiça.

**CAPÍTULO III
DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE REDENÇÃO**

Art. 4º As Promotorias de Justiça de Redenção são compostas por quatro cargos de Promotores de Justiça, assim distribuídos:

I - Promotoria de Justiça Criminal, composta por um cargo de Promotor de Justiça;

II - Promotoria de Justiça Cível, composta por um cargo de Promotor de Justiça;

III - Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária e Cidadania, da Infância, Juventude e dos Idosos, composta por um cargo de Promotor de Justiça; e

IV - Promotoria de Justiça Agrária, composta por um cargo de Promotor de Justiça.

**CAPÍTULO IV
DA COMPOSIÇÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA E DAS ATRIBUIÇÕES DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA DE REDENÇÃO**

Seção I

Da Promotoria de Justiça Criminal

Art. 5º A Promotoria de Justiça Criminal é composta pelo 1º cargo de Promotor de Justiça, com atribuições:

I - nos processos:

a) em tramitação no Juízo Criminal, ressalvadas as atribuições das Promotorias de Justiça especializadas; e

b) atinentes a crimes dolosos contra a vida, de competência do Tribunal do Júri; e

II - nos procedimentos e processos judiciais e extrajudiciais, inclusive cíveis, relativos:

a) à violação dos direitos humanos, no que respeita às garantias individuais e ao fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana;

b) ao controle externo concentrado da atividade policial, nos termos do art.129, inciso VII, da Constituição Federal, da Resolução nº 20, de 28 de maio de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, do Manual Nacional de Controle Externo da Atividade Policial, de 26 de agosto de 2009, aprovado pelo Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça, e da Resolução nº 011/2011-CPJ, de 11 de agosto de 2011, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará;

c) a crimes de tortura, racismo e injúria qualificada (art. 140, § 3º, do Código Penal), exceto quando referentes à condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência;

d) a medidas cautelares alusivas aos inquéritos policiais, cabendo, na fase pré-processual, pronunciar-se em sede de:

1. "habeas-corpus";

2. prisão em flagrante e seu relaxamento;

3. prisão temporária e preventiva e liberdade provisória;

4. busca e apreensão e restituição de coisa apreendida;

5. interceptação telefônica e quebra de sigilo em geral, para prova em investigação criminal;

6. mandado de segurança e demais medidas cautelares reputadas urgentes; e

7. autorização judicial para cremação de cadáveres e remoção de tecidos, órgãos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento, nas hipóteses disciplinadas nos arts. 77 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 9º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997; e

8. garantia do direito fundamental à segurança pública, cabendo o acompanhamento e a fiscalização dos órgãos governamentais responsáveis pela implementação e execução dos planos e das políticas públicas de segurança.

§ 1º No exercício das atribuições cíveis, o Promotor de Justiça de que trata este artigo poderá, inclusive, instaurar procedimento administrativo, inquérito civil, propor ação civil pública e medidas cautelares.

Art. 6º As requisições de instauração de inquéritos policiais pelos demais Promotores de Justiça serão comunicadas à Promotoria de Justiça Criminal, que velará pelo cumprimento dos prazos para conclusão dos procedimentos.

Seção II

Da Promotoria de Justiça Cível

Art. 7º A Promotoria de Justiça Cível é composta pelo 2º cargo de Promotor de Justiça, com atribuições nos procedimentos e processos judiciais e extrajudiciais relativos:

I - à família, à sucessão e aos registros públicos, em que seja obrigatória a manifestação do Ministério Público;

II - às fundações e entidades de interesse social, à recuperação judicial da pessoa jurídica e falência, inclusive no âmbito criminal;

III - a mandados de segurança, ação popular, mandado de injunção, habeas-data, e nas ações cíveis, inclusive cautelares, intentadas pela Fazenda Pública, ou contra esta intentadas, quando exigida a intervenção obrigatória do Ministério Público;

IV - à educação e à saúde, inclusive no âmbito criminal;

V - a atos de improbidade administrativa e lesivos ao patrimônio público, inclusive no âmbito criminal, podendo atuar de forma autônoma ou conjuntamente com outras Promotorias de Justiça; e

VI - à garantia dos demais direitos fundamentais, cabendo-lhe tutelar os interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos assegurados nas Constituição Federal e Estadual, em defesa das pessoas não atendidas pelas demais Promotorias de Justiça, podendo atuar de forma autônoma ou conjuntamente com outras Promotorias de Justiça.

Seção III

Da Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária e Cidadania, da Infância, Juventude e dos Idosos

Art. 8º A Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária e Cidadania, da Infância, Juventude e dos Idosos é composta pelo 3º cargo de Promotor de Justiça, com atribuições nos procedimentos e processos judiciais e extrajudiciais, inclusive criminais, relativos:

I - à defesa do consumidor;

II - a órfaos, interditos, incapazes, pessoas com deficiência, idosos e pessoas sob o amparo da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001;

III - ao meio ambiente, ao patrimônio natural e cultural e à habitação e urbanismo, em defesa do adequado ordenamento e planejamento urbano, visando garantir o estrito cumprimento da legislação urbanística, assegurando a função social da cidade e a qualidade de vida no meio urbano; e

IV - à garantia dos direitos individuais indisponíveis, difusos ou coletivos da criança e do adolescente, conforme Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parágrafo único. O Promotor de Justiça de que trata este artigo atua junto ao Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente.

Seção IV

Da Promotoria de Justiça Agrária

Art. 9º A Promotoria de Justiça Agrária é composta pelo cargo de 4º Promotor de Justiça, com atribuições nos procedimentos e processos judiciais e extrajudiciais relacionados às questões agrárias que envolvam litígios coletivos pela posse e propriedade da terra em área rural, inclusive as listadas no art. 3º, alíneas "a" a "e", da Lei Complementar Estadual nº 14, de 17 de novembro de 1993; e atuação perante a Vara Agrária.

Seção IV

Das Atribuições Comuns

Art. 10. Os Promotores de Justiça de Redenção atuarão perante o Juizado Especial Criminal em escala de revezamento, elaborada pelo Coordenador, ressalvado o 3º Promotor de Justiça, com atuação perante o Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente.